



Mesa-Redonda

Outubro 2025

Palácio Pimenta
LISBOA

AMBIENTE: A AÇÃO CLIMÁTICA ENTRE AGENDAS NACIONALISTAS E TENSÕES GEOPOLÍTICAS



No dia 15 de outubro de 2025, foi realizada uma mesa-redonda sobre Ambiente e Alterações Climáticas, no Palácio Pimenta (Museu da Cidade), em Lisboa. Na sessão, participaram mais de duas dezenas de convidados que trabalham sobre estes temas e/ou são especialistas nos mesmos, de diversos quadrantes e setores e de entidades de natureza diversa (decisores políticos e quadros técnicos, académicos, membros da sociedade civil) para refletirem conjuntamente sobre os desafios, ameaças e respostas globais nesta temática. O debate, que se desenrolou segundo a regra de Chatham House, realizou-se no âmbito do projeto “Desafios Globais para o Desenvolvimento”.

Como ponto de partida para o debate, foi salientada a crise planetária de sustentabilidade – expressa, designadamente, na perda acentuada de biodiversidade, no agravamento das alterações climáticas e na poluição – a qual configura uma ameaça existencial à humanidade. Apesar dessa ameaça, a trajetória das emissões está a divergir das metas do Acordo de Paris, a biodiversidade permanece em perda e o ritmo de poluição mostra poucos sinais de abrandar.

Além disso, a nível global, o princípio consagrado das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, não se tem traduzido num apoio adequado aos que menos contribuíram para a crise ambiental, quer para a adaptação e mitigação climática, quer para que possam aproveitar devidamente as oportunidades da transição “verde”. As alterações climáticas estão a agravar desigualdades e a degradação de ecossistemas ameaça meios de subsistência, pelo que são também um desafio social e económico.

Daqui ressalta, igualmente, que a luta pela manutenção de condições ambientais que permitam melhorar a vida do e no planeta não é somente uma equação entre tecnologia, economia e escolhas políticas, sendo profundamente influenciada pelo aumento das tensões geopolíticas e de segurança e pelo crescimento de agendas nacionalistas.

Neste cenário, o debate abordou várias questões centrais para a análise das dinâmicas globais no âmbito da temática ambiente e alterações climáticas, através de perspetivas que interligaram geopolítica, governação, direitos humanos e desenvolvimento global.

Entre essas questões, destacaram-se: (i) Como manter empresas (economia) e governos (política) interessados numa transição ecológica sustentável, que privilegie a melhoria das condições de vida da humanidade?; (ii) Como promover uma partilha justa de responsabilidades e incentivos adequados para políticas e práticas mais sustentáveis?; (iii) Qual o papel da UE e de outras entidades globais e regionais neste contexto? E como combater as ameaças climáticas e os seus impactos num contexto de aumento de tensões geopolíticas e nacionalismos exacerbados?

**SÍNTESSE DO
DIÁLOGO**

1 A POLICRISE E A TRANSIÇÃO GLOBAL

Vivemos uma época marcada por aquilo que Ervin László – filósofo da ciência e teórico de sistemas – denomina de uma macro-transição, ou seja, uma transformação da sociedade global, que não é apenas uma época de várias mudanças, mas sim uma mudança de época.

O mundo está mergulhado numa “policrise”, com a coexistência de várias crises paralelas e simultâneas, todas elas disruptivas: climática, económica, política, tecnológica, comportamental e cultural. **Esta policrise que não se resolve isoladamente em cada dimensão, mas entrelaça-se em efeitos em cascata, os quais devem ser tidos em conta quer nas análises e diagnósticos, quer nas propostas e soluções.**

“Seremos capazes de transformar a policrise numa oportunidade de renovação civilizacional?”

Do contexto global atual, ressaltam a revolução tecnológica (inteligência artificial, biotecnologia, novos materiais), a instabilidade geopolítica (cadeias de abastecimento fragmentadas, mercados voláteis), crises de saúde (pandemias, doenças relacionadas com o estilo de vida, microplásticos) e contratos sociais ameaçados ou colocados em causa (democracia, direitos humanos, equidade, confiança nas instituições). **Tudo isto traz instabilidade e imprevisibilidade, as quais têm impactos nos vários níveis, do global ao local.**

No centro deste contexto global, estão as alterações climáticas, especialmente expressas no aquecimento global e nos eventos meteorológicos extremos, que se alargam na frequência, na persistência e na abrangência. Neil deGrasse Tyson afirma que a ciência não está preocupada com as nossas opiniões e crenças e, portanto, quando 99% dos laboratórios e cientistas do mundo concordam que a atividade humana está a alterar o clima, não é importante quem discorda, porque a realidade impõe-se. Este é o maior desafio civilizacional da atualidade.

Em 2025, a humanidade ultrapassou 7 dos 9 limites planetários e a transposição, pela primeira vez, do limiar de 1,5 °C acima da era pré-industrial assumiu um carácter simultaneamente simbólico e real. Consolidou-se a consciência de que entrámos numa crise ambiental sistémica, potencialmente destrutiva, cujas consequências permanecem largamente imprevisíveis. Mais do que um alerta, estes factos impõem uma **redefinição urgente das prioridades políticas, económicas e civilizacionais, uma vez que estas não são apenas questões ambientais, mas também questões que se interligam com as dinâmicas geopolíticas, tecnológicas, sociais.**

2 IMPACTOS GLOBAIS, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO

“Os acordos globais na área ambiental e climática foram elaborados num mundo mais favorável a estas questões. Hoje, num mundo muito diferente, mais multipolar, com maior incerteza, é difícil estarmos otimistas relativamente à capacidade de entendimento e de resposta ao quadro de emergência climática em que nos encontramos.”

Os efeitos das alterações climáticas agravam desigualdades, pois sentem-se de forma mais aguda nas populações, países e regiões mais pobres: onde já existe pouca água, haverá menos ainda; onde já existem inundações, ocorrerão ainda mais – e com menor capacidade de adaptação e de resposta. A cooperação internacional é, neste âmbito, fundamental, canalizando os recursos para apoiar onde são mais necessários, ou seja, para as populações que não têm acesso a saneamento, que não têm habitação condigna, que veem os seus meios de subsistência destruídos pelos eventos climáticos, etc.

África, em particular, conhece muito bem os custos da falta de sustentabilidade, nomeadamente pela insuficiente capacidade de resiliência das infraestruturas e de gerir o impacto de eventos meteorológicos extremos. O continente africano está perante um dilema. A idade média da população em África situa-se em torno dos 19 anos, pelo que são necessários modelos de desenvolvimento económico e social que respondam às necessidades dos jovens, mas não é possível aplicar o mesmo modelo utilizado pelos países com rendimentos mais elevados, até agora, porque o planeta não aguenta um novo ciclo de desenvolvimento baseado nesse modelo.

Assim, os países africanos estão, em geral, muito conscientes de que o desenvolvimento sustentável, cuja referência vem já dos anos 1980, no Relatório Brundtland, é o modelo para o qual devemos caminhar. E **se não existir cooperação entre países e povos, para implementar modelos de desenvolvimento sustentáveis, não poderá existir uma capacidade de resposta abrangente à crise ambiental** – o que se traduzirá, também, em consequência para os países mais ricos, por exemplo em migrações massivas para a Europa. Com efeito, as alterações climáticas são já o segundo fator de deslocamento forçado no mundo, a seguir aos conflitos violentos, e com impactos especialmente agravados nos países mais pobres e vulneráveis.

Os países do Sul Global devem ser devidamente apoiados em termos de mitigação (seguindo um modelo diferente de desenvolvimento com emissões reduzidas) e de adaptação (minimizando e compensando os efeitos das alterações climáticas). Nos últimos anos, tinha-se conseguido uma evolução assinalável ao nível do financiamento: o Acordo de Paris tinha estabelecido a mobilização de \$100 mil milhões USD por ano para os países em desenvolvimento e, em Baku, foi possível aumentar essa meta para \$300 mil milhões USD. No Roteiro “de Baku a Belém”, estabeleceu-se o objetivo de mobilizar 1,3 biliões USD (*trillion*) em financiamento climático até 2035. No entanto, enquanto esses recursos não forem efetivamente mobilizados e aplicados nos países, muito dificilmente será possível uma transição que permita progredir com a urgência necessária.

Tudo isto acontece numa altura em que o multilateralismo e a própria ideia de desenvolvimento sustentável parecem estar a ser posta em causa. A década entre a queda do muro de Berlim e o 11 de Setembro (2001) foi “um período dourado” que demonstrou que o multilateralismo, a democracia e a diplomacia funcionavam – mas acabou. A situação é mais complexa nas democracias no que nas ditaduras, pois um país como a China tem maior capacidade de avançar ao impor políticas públicas, enquanto os sistemas democráticos se baseiam numa dupla legitimidade: a normativa (o reconhecimento de que aqueles que ganharam eleições têm direito de tomar decisões em nome dos cidadãos) e a empírica ou percebida (que é mais dúbia e difícil de gerir, uma vez que se baseia numa sensação difusa da população sobre o que se consideram decisões justas ou injustas). A situação é ainda mais complexa porque os partidos do centro ou moderados, aparentemente, perderam a capacidade de diálogo entre si, sobre as questões verdadeiramente fundamentais para as sociedades – isto acontece em muitos países europeus e expressa-se em parlamentos fragmentados e instabilidade política, complexificando a capacidade de atuação.

3 POLÍTICA E NATUREZA: A NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR

A Natureza tem-se transformado num ator político e estratégico. Os recursos naturais, em especial os minerais críticos e estratégicos, tornam-se vetor central, uma vez que quem dominar esses recursos dominará cadeias produtivas inteiras – da energia à digitalização, da indústria bélica à saúde.

No âmbito da energia, a realidade atual é que não estamos apenas numa transição energética. Vivemos uma adição energética: somamos fontes renováveis às fontes fósseis, sem as substituir na escala necessária. Quase 80% da matriz energética global ainda é fóssil, segundo dados relativos a 2024, e o consumo de energia no mundo tem vindo a crescer nos últimos anos.

Isto significa que o *timing* da política e o *timing* da natureza estão desalinhados. Um dos desafios é o facto de os problemas globais comuns colidirem com interesses e soberanias locais. Como conciliar os interesses nacionais e corporativos com a urgência de preservar as bases da vida no planeta? **A resposta não virá apenas da diplomacia ou da ciência e tecnologia, mas de lideranças conscientes e integradas, capazes de perceber que não há economias fortes num planeta adverso ou destruído.**

Nesse sentido, **precisamos de uma *Nature Politics***: uma política que compreenda os limites planetários, que estão em risco, e coloque a segurança no centro – a segurança dos recursos, a segurança da vida na Terra, a segurança alimentar das pessoas. **A Natureza tem de ser**

“A nossa relação com o território e as políticas territoriais são hoje uma grande interpelação – a natureza é o grande ativo deste século e a forma como conseguirmos protegê-la será crítica para o futuro da humanidade.”

parceira no mundo que estamos a construir, e nesta transição; ela tem de ser incorporada nos processos novos, não sendo apenas fonte de recursos, através de políticas de colaboração efetiva.

Com efeito, nas sociedades, nas economias e nas instituições, continuamos, em boa medida, a viver em paradigmas já ultrapassados e soluções convencionais, e não podemos tentar construir o futuro com as mesmas ferramentas e formas de pensar. Numa citação atribuída a Albert Einstein, não podemos resolver os nossos problemas com o mesmo tipo de pensamento que usamos para os criar, ou seja, não podemos esperar resultados diferentes fazendo as mesmas coisas, pelo que são necessárias novas formas de pensar, novos olhares e perspetivas.

Face ao cenário atual, as soluções exigem realismo e ambição. Não basta reduzir emissões; é preciso capturar carbono da atmosfera. É preciso reconhecer a Natureza como aliada: é dela que vem a capacidade de regeneração, renovação e reciclagem. É necessário aplicar os princípios da economia regenerativa e a economia circular deve deixar de ser tendência e passar a ser uma estratégia de sobrevivência.

Um dos caminhos imprescindíveis é a valoração do capital natural como um ativo. É hoje possível medir o carbono, a água, os minerais, e atribuir um valor, mas como medir a biodiversidade? Sem esta valoração, o capital natural não entra de forma estruturada nos fluxos financeiros, e continuaremos sem os recursos necessários para agir na escala e no ritmo que o planeta exige. Isso permitirá também mobilizar mais o setor privado, que tem um papel crucial – tanto pelo capital, quanto pela capacidade de inovação e execução.

É altura de criar pontes entre a geopolítica e a política climática. Como sugeriu Partha Dasgupta em Genebra, na edição de 2025 da conferência *Building Bridges*, precisamos de instrumentos que tornem o custo ecológico visível e incorporado nas “regras do jogo”. A criação de um fundo internacional com a taxação de transportes marítimos internacionais é apenas um dos exemplos de uma proposta que incorpora esses custos de forma efetiva.

As alternativas trazidas para a inovação e tecnologia são necessárias, mas não suficientes para restaurar todos os dados causados e para caminhar para um modelo integrado com a natureza, que não esteja assente no extrativismo e que vá mais além, de forma mais integrada, com base no bem-estar das comunidades – pois isso exige a mobilização da vontade humana. Poderíamos transitar de uma perspetiva em que se avalia apenas o que a natureza traz para as economias, para uma perspetiva em que pensamos como é que o modelo económico e a ação humana trazem valor para a natureza. Isso implica, igualmente, legislação vinculativa e políticas públicas conscientes e conducentes a essa transformação.

4 O PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA

A ação global

Em termos globais, podemos considerar que estamos numa fase de reglobalização, ou seja, a globalização não acabou, mas está a assumir outras formas, mais “asio-cêntrica” e de multicomplexidades. Entre 2015 e 2021, a Ásia foi responsável por 57% do crescimento global. Além disso, a dependência das cadeias de abastecimento ficou evidenciada nos últimos anos, uma vez que, com a pandemia, verificámos que estas cadeias estavam quase todas na Ásia, particularmente na China; posteriormente, com a guerra na Ucrânia, veio a reforçar-se ainda mais a importância das questões de segurança económica e energética, designadamente para a Europa.

Os EUA continuam a ser fortes no plano militar e tecnológico, a China lidera em comércio e inovação, enquanto **a União Europeia pode afirmar-se como reguladora no âmbito do comércio e ameaças ecológicas**. Neste contexto de *policrise*, a UE deve encontrar o seu caminho, podendo trazer novas soluções para os desafios em curso, designadamente no âmbito da regulação e em políticas colaborativas que encarem a Natureza como aliada.

A União Europeia joga em três tabuleiros globais: o tabuleiro económico-comercial, onde tem muitos argumentos por onde poderá evoluir, e os tabuleiros da política externa e da política de defesa, onde tem muito mais dificuldades, pela natureza da própria UE –acrescentando o facto de ser muito difícil fazer reformas para que a União possa assumir um papel global mais relevante, devido às fortes divisões no Conselho Europeu.

Portugal tem a defesa dos seus interesses estratégicos baseada na ideia de multilateralismo e de direito internacional, pelo que o ataque à ONU pode ser considerado uma ameaça para o país. Portugal é um construtor de pontes, porque dialoga com todos e é hábil a perceber os pontos de contacto entre várias perspetivas e posições, pelo que poderia assumir um novo papel na diplomacia global, incluindo um papel no âmbito da gestão dos bens comuns e das questões ligadas ao ambiente e clima.

Cada vez mais **serão necessárias plataformas de diálogo e entendimento, em que diferentes princípios e posições possam conviver de forma organizada e mais ou menos pacífica**. Nesse sentido, Portugal e a União Europeia devem trabalhar mais e de forma mais profunda com as democracias do Sul Global – designadamente o Brasil, a África do Sul e a Índia –, as quais devem ter um papel muito mais relevante no multilateralismo e na gestão das preocupações globais no futuro.

Políticas ambientais e climáticas

No âmbito da ação ambiental e climática, importa referir o contexto adverso no seio da União Europeia, que se traduz nas políticas europeias a nível interno e no posicionamento à escala global.

A aprovação do Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*), em 2019, foi uma realização assinalável à escala europeia, que surgiu da necessidade de revisão de metas, mas que depois acabou por abranger uma multiplicidade de aspetos e traduzir-se em instrumentos concretos em várias áreas – economia circular, descarbonização/emissões zero, sistema alimentar, mobilidade sustentável, energias renováveis – tendo por base a ideia de uma transição simultaneamente sustentável, justa e que contribua para o aumento da competitividade. Neste momento, contudo, **a União Europeia encontra-se num contexto adverso, tanto no seio do Parlamento como do Conselho, em que se verifica um recuo no que foi estabelecido pelo Pacto Ecológico e nas políticas ambientais.**

Em termos de emissões, a UE denota uma estabilização e regista valores bastante menores do que os EUA ou a China, mas registam-se vários retrocessos recentes: nomeadamente, a União Europeia acordou com os EUA, em julho de 2025, aumentar significativamente a compra de gás natural liquefeito proveniente de processos de *fracking* e de outros combustíveis dos EUA, como contrapartida para evitar tarifas comerciais muito mais altas sobre produtos europeus.

A nível europeu, o sistema estabelecido e a legislação acordada têm sofrido uma erosão ou desintegração nos anos mais recentes – p. ex., pretende-se alterar a Lei de Bases do Clima para começar já a buscar créditos externos. Além disso, a capacidade de chegar a entendimentos no plano interno está diminuída: a pouco tempo da COP30 (Brasil, novembro de 2025), os Estados-membros ainda não tinham sido capazes de acordar metas conjuntas para 2035 e novas metas para 2040. Relativamente às emissões, países como a Polónia, a Itália, a Chéquia e a França defendem emissões mais flexíveis, enquanto países como a Dinamarca e Espanha lideram a favor de uma posição mais forte nesta área.

O próprio posicionamento externo, nas organizações intergovernamentais em relação às alterações climáticas, regista uma alteração preocupante. Designadamente, a UE teria um papel muito importante na mobilização dos recursos financeiros necessários (e acordados internacionalmente) para apoio à transição nos países em desenvolvimento, mas a transferência de recursos para a área da Defesa está a sobrepor-se a outro tipo de objetivos. O próprio Pacto Ecológico tinha uma dimensão externa importante, favorecendo políticas transformativas em países em desenvolvimento, que tem sido progressivamente apagada e suplantada por outras prioridades.

Estratégia, inovação e ciência

Verifica-se que a União Europeia está a implementar soluções inovadoras e colaborativas em várias áreas, na preparação para a transição, mas está a **deixar de ser competitiva no plano da produção científica transformativa** – uma vez que a grande maioria da produção científica internacional nestas áreas é proveniente da China. A agenda da “civilização ecológica” é atualmente um vetor central da visão e intervenção chinesa, que está a transformar completamente várias dimensões das políticas e da economia da China no sentido de uma “modernização sustentável”, segundo princípios de harmonia e ecocivilização, com metas concretas e investimentos massivos.

O avanço da China pode ser um fator de motivação para a União Europeia valorizar a ciência aberta e as redes de partilha de conhecimento plural, assumindo de forma concreta o seu contributo específico e as suas mais-valias. Por outro lado, contudo, esse não deve ser o impulsor principal, mas sim a vontade de pensar e agir estrategicamente no seio da UE. As economias ocidentais – e particularmente europeias – estão há cerca de duzentos anos dependentes de combustíveis fósseis do exterior, importando petróleo de outras regiões do mundo, pelo que colocar o foco na evolução recente da China é correto em termos de diagnóstico, mas não deve enformar ou limitar **o raciocínio europeu, que deve estar focado na sua estratégia, nas suas políticas e em qual o rumo que pretende seguir**.

Um dos três pilares estabelecidos no relatório Draghi, de 2024, afirma que uma das linhas de competitividade da União Europeia é a descarbonização – não em termos de metas (que são uma consequência), mas sim o facto de a descarbonização significar inovação gerada dentro da UE para levar por diante uma transição energética. O pessimismo advém do facto de a União Europeia não ter, neste momento, uma ação firme e direcionada, com políticas ativas, em várias áreas – por exemplo, para instalar e desenvolver tecnologia de eletrolisadores para a produção de hidrogénio verde no continente europeu. Noutra vertente, a China está a implementar um acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a formação dos cidadãos em “green skills”; onde está a estratégia europeia de requalificação dos recursos humanos para esta nova economia? Isto traz também muita insegurança às populações, que são facilmente manipuladas por pensamentos simplistas.

Numa outra perspetiva, a complexidade e multidimensionalidade dos problemas geram dificuldades de atuação. A questão da complexidade coloca um dilema, pois conduz a uma simplificação pelo facto de não compreendermos a ciência em vários aspetos. Não

devemos abandonar a ciência e o método científico, abraçando a complexidade, e não devemos simplificar de tal forma que se reduzam ao mínimo denominador comum. É necessário olhar para as interdisciplinaridades e transdisciplinaridades para termos uma visão completa, que nos permita soluções abrangentes.

É preciso integrar devidamente a ciência nas políticas, são necessários modelos de governança diferentes, são fundamentais soluções territorializadas e redes colaborativas. Por exemplo, já não é aceitável que, na prevenção e na capacitação da resposta aos incêndios, não existam equipas científicas fortes, porque os desafios são de tal dimensão e complexidade, que a forma como nos organizamos, coordenamos e cooperamos para responder aos riscos tem de ser diferente. Isto é válido para os vários setores de atuação, desde a agricultura à energia. Neste setor, nomeadamente, as comunidades de energia na UE podem ser um meio de (re)construir o sentido de comunidade que se perdeu. Com efeito, muitos dos aspetos da deriva populista também são resultado da falta de elos e de sentido de comunidade. Faz falta olhar para as necessidades das pessoas, o que elas precisam e ouvi-las realmente, incorporando isso nas políticas e no processo decisório.

As universidades também não estão a responder cabalmente na formação de competências para a sustentabilidade, uma vez que tal não se resume a cursos nesta área, mas deverá incluir uma transversalização destas questões a todas as áreas de atuação. Na UE, as universidades estão a falhar na área da inovação, de forma a aproveitar, de forma estruturada e estratégica, a investigação para a sociedade e para a economia. A economia da transição energética e a economia da natureza têm de provir da investigação e inovação, mas isso exige políticas correspondentes e uma transformação do sistema universitário, incluindo em Portugal.

Por fim, é também necessário investir mais na consciencialização e diálogo com os cidadãos. Estas questões tendem a estar longe das preocupações prioritárias das pessoas, mais centradas em assuntos urgentes relacionados com as respetivas condições de vida. O enfoque das pessoas e dos agentes políticos no curto-prazo também faz com que sejam cada vez menos eleitos políticos que coloquem estas preocupações no centro da ação, o que, por sua vez, conduz a políticas menos sensíveis à crise climática e ambiental. É preciso ultrapassar as fronteiras e silos da política, pois todos somos política e todos temos de ser intervencionistas na mudança. O investimento numa cidadania participativa e consciente é, por isso, fundamental. 

PALAVRAS-CHAVE RESULTANTES DO DEBATE, PARA UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEL:

LIDERANÇA

Hoje um recurso escasso; deve ser mobilizado e valorizado

BRIDGING CONSTRUÇÃO DE PONTES

Desde o nível micro, individual, comunitário, até ao nível macro

DIPLOMACIA

Mais ativa e global, com plataformas de diálogo e entendimento

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Redes colaborativas; incorporação nas políticas; sensibilização e cidadania

O debate, que se desenrolou segundo a regra de Chatham House, foi uma iniciativa do Clube de Lisboa com os seus parceiros PCS – Plataforma Crescimento Sustentável e Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito dos projetos “Desafios Globais para o Desenvolvimento”.

Organizador



BRIEF 6/2025

Título

Mesa-redonda sobre
Ambiente: A ação climática
entre agendas nacionalistas
e tensões geopolíticas

Data

Novembro 2025

Redação

Patrícia Magalhães Ferreira

Coordenação

Fernando Jorge Cardoso

Design e paginação

Rita Romeiras

Copyright © Clube de Lisboa

Parceiros



Projeto

**DESAFIOS
GLOBAIS**

PARA O
DESENVOLVIMENTO

Cofinanciamento



Host Institution





Clube de Lisboa

O Clube de Lisboa é uma associação com membros individuais e coletivos que partilham a visão de Lisboa como cidade global e como espaço de reflexão, debate e intervenção sobre temas relevantes da agenda internacional, incluindo o desenvolvimento sustentável, a globalização e a segurança e com particular atenção aos desafios para o futuro e o papel de Portugal na Europa e no mundo.



cl@clubelisboa.pt



www.clubelisboa.pt

SIGA-NOS!



[instagram.com/clubedelisboa](https://www.instagram.com/clubedelisboa)



[facebook.com/cluboflisbon](https://www.facebook.com/cluboflisbon)



[linkedin.com/company/clube-de-lisboa](https://www.linkedin.com/company/clube-de-lisboa)



[youtube.com/clubedelisboa](https://www.youtube.com/clubedelisboa)

#clubedelisboa
#DGD
#desafiosglobaisdodesenvolvimento